

APRESENTAÇÃO

A *Revista de Direito e Política*, publicação mantida pelo Instituto Brasileiro de Advocacia Pública há mais de duas décadas, diante do acirramento dos debates globais sobre a transição energética, das pressões internacionais pela exploração de minérios críticos, dos conflitos envolvendo povos originários e o direito à água na extração de lítio, das denúncias de violações de direitos humanos associadas à mineração de cobalto na República Democrática do Congo, do envenenamento de rios amazônicos por mercúrio, das ameaças geopolíticas dirigidas a países detentores de riquezas minerais, bem como dos grandes desastres socioambientais de Mariana e Brumadinho, decidiu reunir esforços editoriais para a organização de um dossiê temático dedicado à interface entre Mineração, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Economia, Literatura e Soberania.

Para tanto, a revista associou-se ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP (PROLAM-USP) e à Academia Latino-Americana de Direito Ambiental (ALADA), promovendo chamadas públicas de artigos submetidos a rigoroso processo de avaliação por pares, em sistema duplo-cego. A Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil (APRODAB), de resto

participante também da ALADA, foi convidada a integrar o projeto, tendo prontamente aderido à iniciativa. A coordenação geral do dossiê ficou a cargo de Guilherme José Purvin de Figueiredo e Júlio César Suzuki.

Nesta 36ª edição, referente ao 1º semestre de 2025, são publicados nove artigos que integram o primeiro dossiê temático, selecionados a partir de chamada pública específica. Encontra-se, ademais, em fase final de editoração o volume correspondente ao segundo semestre de 2025, que reunirá novas contribuições atualmente em avaliação pela comissão de revisores, numa segunda parte do dossiê.

Com estes volumes, esperamos contribuir para o debate necessário sobre o neocolonialismo extrativista no Sul Global, oferecendo um panorama jurídico, literário, geográfico e político que abrange toda a América Latina. A obra evidencia como o extrativismo mineral, longe de ser mero fenômeno econômico, constitui um sistema de poder que reorganiza territórios, concentra riqueza e amplia desigualdades socioambientais. Ao reunir especialistas de distintos países, propõe-se uma leitura crítica da mineração contemporânea, articulando transição energética, direitos humanos e justiça ambiental. Em comum, os artigos apontam a urgência de reformar marcos jurídicos, democratizar a governança e garantir autodeterminação dos povos e soberania ecológica. Trata-se, enfim, de um esforço coletivo para pensar alternativas pós-extrativistas ancoradas na dignidade, transparência e sustentabilidade real.

Paralelamente, a *Revista de Direito e Política* preserva sua vocação editorial histórica ao acolher e publicar cinco artigos submetidos em fluxo contínuo, não vinculados ao tema do dossiê, mas igualmente avaliados e aprovados segundo os mesmos critérios rigorosos de parecer duplo-cego. Trata-se de contribuições independentes que reafirmam a pluralidade temática da revista e seu compromisso permanente com a excelência acadêmica, mesmo no contexto

excepcional da organização de um número temático — experiência inédita em sua trajetória editorial.

A todos e todas, desejamos uma excelente leitura.

São Paulo, 16 de dezembro de 2025

Guilherme José Purvin de Figueiredo¹

¹ Editor da Revista de Direito e Política. Professor da disciplina “Literatura, Ecologia e Decolonialidade: Leituras da América Latina” no Curso de Pós-Graduação do PROLAM-USP. Coordenador Internacional do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública e da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil. Mestre e Doutor em Direito pela USP. Pós-Doutorando junto ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP. Membro do Comitê Científico da Jornada de estudo “Manuel Scorza: una literatura de vanguardia” da Universidad de Poitiers.